



A ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA: DISCENTES QUE “CRIARAM UM CLIMA DE INTRANQUILIDADE” EM SALVADOR EM 1968¹

LÍVIA GOMES CÔRTEZ*

LOUISE A. F. DE OLIVEIRA DO AMARAL**

1 Introdução

Este artigo apresenta resultados parciais do projeto de extensão realizado, desde 2016, no Memorial Arlindo Coelho Fragoso da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (EPUFBA). O projeto objetiva o resgate histórico do período da ditadura militar brasileira (1964-1985) com a identificação do acervo documental da Escola. É parte do Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA (Edital 2014) da Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI/UFBA) que apoia projetos que se direcionem a investigar a Universidade, produzindo e consolidando o conhecimento sobre a mesma.

A idealização do Memorial aconteceu em 2010, sendo a documentação custodiada avaliada como de valor permanente a partir da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos das atividades meio e fim da Administração Pública Federal². Grande parte da documentação é histórica por retratar a trajetória da Escola, uma unidade de ensino de 120 anos que contribuiu significativamente para o desenvolvimento social regional a partir dos indivíduos que a compunham.

O processamento arquivístico dispensado aos documentos administrativos e acadêmicos da Escola – a exemplo de atas da Congregação, relatórios anuais, cadernetas escolares, correspondências, materiais cartográficos, dentre outros documentos textuais – e

¹ É imprescindível citar que este trabalho teve a colaboração da discente de Engenharia de Controle e Automação de Processos da Universidade Federal da Bahia e bolsista do Memorial Arlindo Coelho Fragoso da Escola Politécnica da UFBA, Maria Paula Borges de Carvalho, da assistente administrativa do Memorial, Darislene Bastos Santos, e do Professor Doutor José Dias da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

*Universidade Federal da Bahia, Graduanda em Arquivologia e Graduada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação – PROPCI UFBA.

** Universidade Federal da Bahia, Mestre em Ciência da Informação e Arquivista do Memorial Arlindo Coelho Fragoso.

² Instrumento aprovado por autoridade competente que regula a destinação final dos documentos (eliminação ou guarda permanente), define prazos para a guarda temporária (vigência, prescrição e precaução), em função de seus valores administrativos, legais, fiscais e determina prazos para sua transferências, recolhimento e eliminação. (DI MAMBRO, 2013, p. 22)



ainda o tratamento dos objetos museológicos custodiados – como pinturas de personalidades da Escola, troféus de diversos eventos esportivos e instrumentos científicos das Engenharias –, viabiliza para a comunidade interna e externa o conhecimento das histórias entrelaçadas neste espaço.

Resultado de uma dessas histórias, esta narrativa trata sobre as experiências de nove estudantes da Escola que “[...] embora estudando gratuitamente por conta do Estado, participaram ativamente de passeatas, reuniões e comícios que tanto prejudicaram a vida de Salvador, criando um clima de intranquilidade para seus habitantes” no ano de 1968. Esta informação em destaque consta no documento emitido pelo General Comandante Abdon Senna da 6ª Região Militar em 13 de fevereiro de 1969, e por essa razão foi deliberado que os listados alunos tivessem matrícula indeferida na Escola sob acusação de prática de crime contra a segurança nacional. Relacionando tipologias documentais e bibliografia referente, pretende-se compreender as nuances deste fato histórico.

Sendo a Escola Politécnica atualmente, não só a maior unidade da Universidade Federal da Bahia – com 11 cursos de graduação, 8 de mestrado, 5 de doutorado, 4 cursos de especialização e diversos cursos de extensão e cerca de 5200 alunos entre graduação e pós-graduação³ – como também referencial no ensino de Engenharia na Bahia, a concretização do Memorial atua na preservação e disseminação da memória da Escola e da Universidade para além dos muros acadêmicos.

2 Arquivo e História

Neste trabalho é notória a interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a História, sendo que o tratamento arquivístico e a concepção de arquivo como espaço de memória e fonte de pesquisa histórica suscitaram a problematização do tema em recorte.

É preciso considerar, primeiramente, que a acumulação documental identificada como arquivo não visa a princípio a preservação para fins históricos, mas sim para atender às necessidades administrativas, burocráticas de seu produtor,

Por sua facilidade de acesso e sua (...) sistematização, aliadas a um espectro cronológico amplo, os arquivos tendem a ser uma das mais importantes fontes seriais para a pesquisa histórica. Não obstante, os arquivos nascem e são

³ESCOLA POLITÉCNICA DA UFBA, **Relatório anual Escola Politécnica da Bahia 2015**, 2016.

preservados por motivos alheios às atividades de pesquisa dos historiadores. Sua lógica e seus princípios são bastante peculiares e muito diversos daquilo que o senso comum do pesquisador, sobretudo o contumaz de biblioteca, costuma imaginar. (LOPEZ, 2005, p. 23)

A arquivística é um campo de conhecimento específico e não se relaciona exclusivamente com a História, podendo aliar-se a quaisquer áreas que trabalhe com a informação documental, e, para tanto, Bellotto (1989) nos diz que os arquivos constituem fontes de informação,

Eles resultam da acumulação estruturada e orgânica de documentos gerados ou reunidos por instituições públicas ou privadas no exercício das funções e atividades que comprovam e justificam sua existência. Estes documentos são conservados enquanto seu teor está em vigor/vigência, por razões administrativas e/ou jurídico-legais podendo ser eliminados se o seu valor se restringir àquele uso primário (o relacionado ao motivo de sua produção) ou, sendo documento de valor permanente, vir a constituir elemento documental dentro dos arquivos permanentes (...). (BELLOTTO, 1989, p. 21)

Então, assumindo o caráter permanente do documento depois do exercício de suas funções primárias, é ressaltado o valor histórico, probatório e informativo do mesmo. Assim, toda a documentação custodiada pelo Memorial constituiu-se neste processo, tornando o acervo documental ferramenta para formulação e questionamento da história da Escola Politécnica, da Universidade Federal da Bahia, do ensino de Engenharia e dos sujeitos envolvidos nestas trajetórias.

Como corrobora a arquivista alemã Menne-Haritz (2001) citada por Campos (2015), os arquivos não armazenam memória, mas oferecem a possibilidade de criá-la, refiná-la, corrigi-la ou ratificá-la sempre que necessário. A memória, desse modo, não está dada nos arquivos. É ela fruto de um *trabalho* (grifo do autor), de uma elaboração executada conscientemente por diferentes sujeitos, articulada às demandas e aos anseios por determinados sentidos do passado, num processo enraizado no presente (CAMPOS, 2015).

Dessa maneira, entende-se que o pesquisador da História deve compreender a documentação diante tanto da evidência quanto do silêncio. Foucault, citado por Francisco (2014), defende que a intenção da História para com o documento não é mais determinar se ele diz a verdade e qual o seu valor material, mas sim trabalhar com a crítica ao documento para a construção do conhecimento histórico. Como trata Campos (2015), cabe ao historiador

(...) considerar os conceitos de arquivo e de documento, na chave que os define a teoria arquivística, respeitando-se, evidentemente, as fronteiras entre cada

disciplina, mas também notando seus pontos de convergência, poderá resultar na percepção mais aguda das ferramentas básicas de seu ofício, como permitirá sondar, de forma mais matizada, as potencialidades e limitações das questões, das interpretações e dos sentidos que projetará sobre os documentos de arquivo. (CAMPOS, 2015, p. 107)

Por isso, a atuação do arquivista é fundamental para concretizar todas as fases do tratamento documental e dar transparência às funções, estrutura, deliberações e demais informações que os documentos do organismo produtor possam conter. E, no âmbito dos arquivos permanentes, a função arquivística será a de garantir a “memória” das organizações para efeitos científicos da pesquisa histórica ou para efeitos de transmissão cultural, com o fim de integrar o patrimônio local e nacional para servir aos interesses do cidadão (BELLOTTO, 1989).

Portanto, o Memorial Arlindo Coelho Fragoso se integra a estes conceitos de arquivos como espaços estratégicos de legitimação de narrativas e práticas sociais, consolidando a Universidade como centro de produção do conhecimento e colocando em destaque os indivíduos envolvidos nesta continuidade, transformando-os em sujeitos históricos.

3 Método de trabalho

O tratamento arquivístico dispensado aos dossiês dos ex-discentes da Escola Politécnica que estão custodiados no Memorial – sendo a data-limite 1897 a 1969⁴ – e também aos documentos institucionais – correspondências sigilosas e documentação da direção – foi imprescindível para a identificação e concatenação dos desdobramentos da ditadura militar neste ambiente acadêmico.

Os dossiês⁵ dos ex-discentes podem conter recibos de pagamentos de taxas, solicitações de matrícula semestral, grade curricular semestral, histórico escolar do curso superior e do ginásio, ofícios variados, *curriculum vitae*, provas do concurso vestibular ou concurso de habilitação, certidão de nascimento, fichas de cadastro na Escola, fotos de rosto e carteira de vacinação, ou seja, documentos relativos à vida tanto acadêmica quanto pessoal.

⁴ Desde o segundo semestre do ano de 1969, como produto das reformas universitárias desse período, foi criada a Assessoria Geral de Cursos, uma secretaria de gestão única para a documentação discente da Universidade, e que ao longo dos anos teve sua nomenclatura alterada e atualmente é a Coordenação de Atendimento e Registros Estudantis – CARE.

⁵ Unidades documentais em que se reúnem documentos de naturezas diversas para uma finalidade específica (DI MAMBRO, 2013).

Já os documentos nomeados de correspondências sigilosas – documentos que pela natureza de seu conteúdo sofrem restrição de acesso (DI MAMBRO, 2013) – referem-se aqui às duas pastas acumuladas e originalmente intituladas *Assuntos Reservados 1969* e *Pasta Confidencial nº 1 do Chefe de Apoio*. A primeira contém ofícios que demonstram comunicação entre o reitor, diretor da Escola, docentes de unidades e com departamentos de polícia. A segunda acumula maior volume de documentos com data-limite de 1967 a 1974, em sua maioria ofícios que trazem informações sobre docentes, decretos nacionais, discentes subversivos e documentos da Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFBA – AESI⁶.

A pasta nomeada *Gabinete do diretor 1965* contém documentos de diversos anos e assuntos, apesar da data específica no título e se referem à variadas atividades da Escola de assuntos como secretaria, concurso de docente, formatura de discentes, vestibular, Conselho Universitário, Congregação e Conselho Departamental.

Para o processamento técnico, a metodologia é composta de 04 etapas. Na etapa 01, ainda em andamento, é realizado o inventário e diagnóstico do acervo documental dos ex-discentes e demais documentações pertinentes. Na etapa 02, que já obteve avanço, ocorre a higienização mecânica⁷ de toda a documentação.

De acordo com listagens antigas, o acervo de discentes contém 3.352 dossiês em pastas distribuídas em 357 caixas, sendo que 48% destas já foram tratadas com higienização. Frisa-se que a reforma do Memorial interrompeu por nove meses este processamento e ainda causou sujidades em documentos que já estavam higienizados.

Na etapa 03 é realizada a identificação com o cadastramento em base de dados, assim como a elaboração de etiquetas com referências sumárias para a identificação visual das pastas e/ou caixas-arquivo.

Por fim, na etapa 04 é feito o acondicionamento dos documentos tratados seguindo as condutas necessárias à preservação. Todo este processo visa possibilitar o fácil acesso,

⁶ Era parte do Sistema Nacional de Informações do regime militar e seus arquivos contém informações sobre os mecanismos de vigilância e repressão nas universidades durante o regime (MOTTA, 2008, p. 44).

⁷ Limpeza mecânica de folha a folha, cortes superior, inferior e lateral, utilizando-se da mesa de higienização documental; desdobramento e planificação de vincos e dobras, além de pequenos reparos; remoção de cliques, grampos e outros prendedores; retirada de objetos metálicos que possam deteriorar os documentos pelo tempo.

consulta e disseminação do conteúdo do acervo respeitando os princípios arquivísticos da proveniência, organicidade, unicidade, integridade, cumulatividade e territorialidade.

4 1968 e a atuação dos estudantes em Salvador e na Universidade

A nova ordem (1964)/ A Grande Revolução/ eliminou a baderna./ Genial a solução:/o país virou caserna./ Muita Ordem, mas Unida./- Para a direita volver – /E se tens amor à vida,/ no capitão debes crer./ R.D.E. vigorando,/ para que Constituição?/ O Boletim do Comando/ resolve toda omissão.../ Em lugar de Presidente,/ de plantão um general./ Eu me calo – é mais prudente – / tá cheirando a funeral...// Mas é tudo carnaval!...../ (VALENTE, 2003, p. 47)⁸

Estes irônicos e críticos versos sobre o golpe de 1964 ressaltam a imagem difundida da ditadura como a solução para os problemas econômicos e ameaças políticas no país, a ruptura com a democracia, e a propagação do terror da repressão. À beira do golpe, o Brasil vivia

(...) uma combinação explosiva de crise econômica (o país não crescia desde 1960, e a inflação chegava a 100% ao ano), crise política (o governo perdia parte de seus aliados no Congresso Nacional), crise social (os trabalhadores urbanos e rurais cada vez mais se faziam presentes no cenário político) e crise militar (a tropa de subalternos exigia maior participação política) criou o clima para o golpe. (NAPOLITANO, 1998, p. 9-10)

Efetivado, então, em 31 de março e, “[...] apesar da reação brutal e alarmante a consumação do golpe não foi uma novidade, pois, a movimentação militar era constante e já vinham de longe os rumores de uma tentativa de desestabilização política do governo federal [...]”, segundo Dias (2014a). Abaixo, registra-se o primeiro ato de repressão sofrido na Universidade.

Na madrugada do dia 31 de março para 01 de abril de 1964, por volta das duas horas da manhã, policiais militares - sob o comando do Secretário de Segurança Pública do Estado, Coronel do Exército Francisco Cabral, e do Delegado Geral Rui Pessoa - invadiram a Residência Universitária, prenderam todos os que lá estavam, a socos, empurrões, tapas e pontapés, e os levaram para quartéis do Exército. Uns poucos conseguiram fugir. Cerca de 50 foram presos, todos do sexo masculino, vez que a Residência Feminina era em outro local. [...] Todos foram interrogados, sendo alguns soltos após alguns dias, enquanto outros permaneceram presos por vários meses. Vários deles foram impedidos de voltar a morar na Residência Universitária, decisão atribuída a um critério ideológico estabelecido pelo diretor do Departamento Social de Vida Universitária [...], Rubens Brasil Soares [...]. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2014, p. 9-10)

⁸ VALENTE, Magno. **Versos inda que tardios**. Salvador: P&A Editora, 2003. Publicação póstuma do autor que se graduou em Engenharia Civil e Elétrica na Escola Politécnica da UFBA, sendo ainda, posteriormente, professor e diretor na unidade de ensino.

Dessa forma, percebe-se que a ditadura foi deflagrada tendo como primeira atitude o combate aos “inimigos” em qualquer instância e, de acordo com Araújo (2012), na Bahia não foi diferente. O golpe militar de 1964 provocou uma devassa na UFBA. Professores foram presos e responderam a Inquéritos Policiais Militares (IPM’s) e o movimento estudantil foi o que mais sofreu. Este era,

Em primeiro lugar, um movimento extremamente ativo no apoio ao movimento popular pelas reformas de base; em segundo lugar, um movimento que contestava a universidade conservadora e coronelista do Dr. Edgard Santos⁹; em terceiro lugar, um movimento que se havia qualificado como vanguarda regional na produção cultural. (ARAÚJO, 2012, p. 91)

Diante disso, era evidente que o movimento estudantil na Bahia não cessaria sua luta¹⁰, contudo, o recorte temporal deste trabalho limita-se ao entorno de 1968. É consenso na historiografia sobre a ditadura que o ano de 68 foi um ano marcante para o movimento dos estudantes, já que apesar dos esforços do governo para aquietá-los, pela repressão ou pela integração, a rebeldia explodiu em 1967-68, sob a presidência do Marechal Arthur da Costa e Silva (MOTTA, 2014).

Claramente, então, existiu todo um contexto social global que colaborou para que esta conjuntura se desse, sendo que

Em maio de 68 (...) os jovens de 20 ou 25 anos não se contentavam mais em se apossar do futuro. Com igual paixão, e gesto mais decididos do que os dos seus predecessores do pós-guerra, eles queriam dominar o presente, e não só na França. (...) a juventude de todo o mundo parecia iniciar uma revolução planetária. (VENTURA, 1988, p. 43)

O autor Ventura ainda afirma que

No Brasil, o chamado Poder Jovem ensaiava igualmente a sua tomada de poder e perseguia a sua utopia. (...) em 68, ter menos de 30 anos era por si só um atributo, um valor, não uma contingência etária. (...) Pelé, aos 28 anos, bicampeão mundial, preparava-se para o tri e já era o maior jogador do mundo; Glauber Rocha, com 29 anos, já conquistara a admiração internacional com pelo menos dois filmes (...); Chico Buarque e Caetano Veloso, se parassem de compor aos 24 e 26 anos, entrariam mesmo assim em qualquer antologia de música popular brasileira; Roberto Carlos tinha 25 anos e já era rei; Elis Regina e Gal tinham 23 anos; Nara Leão, 26; Maria Bethânia, 22. Além deles, um grupo de quase garotos de nomes desconhecidos – Vladimir, Travassos, Muniz, Franklin, Jean-Marc, José Dirceu – iria em breve virar o país pelo avesso. Eles assustavam a ditadura, sonhavam com muitos Vietnams no mundo (...). (VENTURA, 1988, p. 43-44)

⁹ Cf. TOUTAIN, L. M. B. B. (coord. e org.), ABREU, M. L. e VARELA, A. V. (orgs.). **Reitores da UFBA: de Edgar Santos a Naomar de Almeida Filho**. Salvador: EDUFBA, 2011.

¹⁰ Cf. BRITO, Mauricio. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)**. Salvador: EDUFBA, 2016.

Ratificando a citação acima, Araújo sintetiza o cenário mundial afirmando que o motivo do descontentamento era diverso em cada país.

Nos Estados Unidos a tensão racial ganhara as ruas e os becos com o movimento pelos direitos civis dos negros, liderado pelo reverendo Martin Luter King Jr., e com a contestação armada ao racismo pelos vários movimentos organizados, como os Panteras Negras e outros militantes do “Black Power”. Também os jovens, as principais vítimas de um recrutamento militar, para alimentar com suas vidas uma presença crescente dos EEUU na guerra do Vietnam, reagiam contra o militarismo e contra a guerra. Na Europa, fervilhava a insatisfação com o legado do pós-guerra, da guerra fria e do alto preço social e cultural da reconstrução das economias. Explodia também, entre jovens e intelectuais a repulsa ao imperialismo russo na Europa Ocidental, que vitimara a Hungria, em 1954, e que pressionada a Tchecoslováquia, de Alexander Dubcech. No mundo colonial, as revoluções sociais descolonizadoras avançavam irresistivelmente, tendo como vivência mais radical o Sudoeste Asiático. Também a América Latina experimentava uma radicalização crescente dos movimentos pela independência econômica e política em relação à onipresença americana, animados e inspirados pelo sucesso da Revolução Cubana. (ARAÚJO, 2012, p. 85-86)

Em Salvador, além da situação política ditatorial do país, outros agravantes na Universidade Federal da Bahia – como os discentes excedentes, aprovados nos vestibulares, porém sem vagas reais; o corte de verbas que implicava diretamente na folha de pagamento de pessoal, ou seja, no funcionamento da instituição, e os acordos MEC-USAID¹¹ que implicavam em interferência estrangeira na educação nacional – inflamaram ainda mais os estudantes a organizarem-se e reagirem. Após diversos manifestos independentes em cada unidade de ensino, em 11 de junho de 1968, oficializou-se a greve geral dos estudantes da UFBA (BRITO, 2007).

Depois de alguns dias ocupando as Faculdades, na madrugada de 15 de junho os universitários foram surpreendidos com a invasão de tropas da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e de agentes do DOPS [Departamento de Ordem Política e Social], que, armados e levando cachorros amestrados, prenderam os estudantes que lá se encontravam. (BRITO, 2007, s/p)

Embora atingidos com tanta violência, os estudantes continuaram com o movimento.

No dia 26 de junho, em assembleia realizada na Faculdade de Filosofia, decidiram manter a ocupação das Faculdades, o funcionamento das comissões de

¹¹ Acordos entre o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development que tinham por objetivo apoiar a estabilidade e o crescimento do Brasil e garantir a manutenção de uma disposição amigável do país em relação aos Estados Unidos; proteger e expandir os investimentos privados e a posição comercial norte-americana no Brasil; garantir a cooperação brasileira numa série de ações conjuntas de natureza militar e estratégica, importante para a segurança dos Estados Unidos; assegurar, quando compatível, a cooperação brasileira no campo internacional. (MOTTA, 2014, p. 113)



esclarecimento popular, bem como comícios-relâmpagos em diversos bairros de Salvador. Como resultado da mobilização, quase dois bilhões de cruzeiros foram liberados pelo Governo para a UFBA. (BRITO, 2007, s/p)

Durante esse período do início da greve até o dia 25 de julho, quando aconteceu a reunião que decidiu que as aulas voltariam no dia 05 de agosto, ocorreram momentos de protesto e também embate dos estudantes com a polícia, tanto dentro da Universidade quanto nas ruas da cidade. Importante salientar que integravam também esta agitação os estudantes secundaristas de Salvador, e ainda que aconteceram manifestos estudantis a favor da ditadura, ou pelo menos, anticomunistas e contra a desordem provocada por aqueles ditos subversivos.

Após a volta às aulas, no final de agosto de 1968, os estudantes concentraram-se na participação do Congresso da União Nacional dos Estudantes (ConUNE) e para o Congresso Regional da UNE que antecederam o 30º Congresso da UNE em Ibiúna/São Paulo que teria seu início em 12 de outubro do mesmo ano, dirigido pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo que era presidida por José Dirceu.

De acordo com a documentação da Justiça Militar, os delegados [representantes estudantis] teriam viajado de ônibus, alguns sozinhos e outros acompanhados. Todos tinham senhas diversas, dadas por um desconhecido com sotaque sulista que passou pela Universidade. Apesar desses cuidados, o evento foi desbaratado. Mostrando como o aparelho repressivo se organizava nacionalmente e implementava suas táticas de repressão preventiva com base na contra-informação, a Polícia já sabia do evento dez dias antes (cf. DEOPS/SP, 1968). Na madrugada do dia 12 de outubro, tiros foram dados para cima. Os estudantes acordaram assustados. Estavam cercados. Era a queda de Ibiúna. Presos, foram levados ao Presídio Tiradentes (cf. Santos, N., 1980). (BRITO, 2007, s/p)

Após este primeiro momento,

Em 19 de outubro, os delegados e observadores baianos presentes ao 30º Congresso da UNE chegaram a Salvador escoltados por agentes policiais. Foram direto para a Vila Militar, no bairro do Bonfim. Ficariam presos e incomunicáveis por alguns dias, sendo ouvidos aos poucos. Interessa dizer que todos os estudantes presos foram liberados da prisão. Seus depoimentos seriam anexados a um Processo movido pela Justiça Militar para apurar as ações do ME [movimento estudantil]. (BRITO, 2007, s/p)

Depois dessa ocorrência os dias tornaram-se mais difíceis para os estudantes. Em 13 de dezembro o presidente Costa e Silva decretava o Ato Institucional nº 5 que garantia poder praticamente ilimitado às forças repressivas em qualquer nível social¹². Não sendo suficiente,

¹² Pelo AI-5, o presidente passava a ter o poder de legislar, de intervir em estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, de suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos, de cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais e de suspender a garantia de habeas corpus nos casos

em 26 de fevereiro de 1969 foi definido pelo Decreto-Lei nº 477 as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares criminalizando oficialmente qualquer ato considerado subversivo.

5 Punidos: os discentes da Escola Politécnica

A universidade pública é uma instituição fundamental para o desenvolvimento do Brasil, sendo a desenvolvedora e promotora do ensino, da pesquisa e da extensão a partir das reformas universitárias na década de 60, e, por isso, tornou-se estrategicamente importante para a ditadura militar.

Na concepção dos governantes, a universidade passava (...) a ser vista como peça fundamental para o avanço da política econômica, voltada às grandes empresas, ou seja, sua função primordial seria fornecer recursos humanos qualificados para o mercado. Para que isso se tornasse viável, era necessário, no entanto, organizá-la de modo a erradicar a consciência política, a crítica social e a criatividade presentes no seu interior. (SANTANA, 2007, p. 97)

Dessa forma, as universidades deveriam ser vigiadas e controladas.

Elas eram foco importante de atuação dos inimigos ideológicos, pois ali circulavam ideias marxistas e radicais de todos os matizes, formulavam-se críticas ao governo e vicejavam várias atividades de “contestação”. Além disso, os militares viam as universidades como focos de comportamentos desviantes (drogas, sexo) inaceitáveis, que, para os mais imaginosos entre eles, significavam o prelúdio do comunismo, pelo “desfibramento” da juventude. (MOTTA, 2014, p. 101)

Em razão disso, identificar e punir os estudantes que se desviaram do caminho da “Revolução” era crucial para a manutenção do regime e para que o país progredisse. Então, o Manoel, o Alberto, o Pery Thadeu, o Sérgio Maurício, o Alberto Armando, o Fernando Elias, o José Thadeu, o Aldo e o Luiz Júlio foram listados entre outros estudantes da Universidade como subversivos na *Relação dos Alunos das diversas faculdades da Universidade Federal da Bahia que participaram da agitação estudantil no ano de 1968* encontrada na *Pasta Confidencial nº 1* e por isso deveriam ter suas matrículas recusadas na Escola Politécnica no ano seguinte – antes do Decreto 477.

Mesmo que relacionados numa mesma lista, se obteve dados singulares de cada um dos ex-discentes que serão elencados a seguir. É importante ressaltar que o relatório da

de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Ficavam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, e o presidente poderia demitir, aposentar ou remover quaisquer titulares dessas garantias. (...) ficavam excluídos de apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com o AI-5, bem como seus respectivos feitos. (VILLA, 2014, p. 131)

Comissão Milton Santos de Memória e Verdade¹³ lista também estes estudantes e as ocorrências que os envolveram a partir da documentação da Reitoria.

Manoel Costa Junior é natural de Jequié, interior da Bahia e ingressou no curso de Engenharia Civil com 20 anos de idade em 1967. Formou-se em cinco anos, porém consta em seu histórico escolar que não estudou no primeiro semestre de 68 e nem no de 69, embora neste último ano tenha solicitado matrícula. Além de o seu nome estar na lista supracitada, na *Pasta Confidencial nº 1* consta o of. nº 395 de 23 de outubro de 1974 do chefe da AESI para o diretor da Escola com pedido de informação sobre o dito discente. A resposta a este ofício somente informa que foram encaminhados os documentos referentes ao aluno que existiam na Escola, dessa forma, não se sabe o que foi enviado para a AESI e se algo foi retirado do dossiê atual. Contudo, é perceptível que mesmo três anos após a sua formatura o dito aluno continuava sendo vigiado e que, talvez, essa informação pode ter sido solicitada para averiguação do mesmo antes de uma contratação profissional, pois no *1º e 2º Conversando sobre a história da Escola Politécnica*, - eventos de extensão promovidos pelo Memorial em que já quatro ex-discentes foram convidados a relatar suas vivências neste período – foi unânime a fala de que a perseguição não cessou até o fim da ditadura.

Carlos Alberto Herrera Camacho é boliviano, nascido em 1941 e prestou vestibular para cursar Engenharia Civil com 24 anos, tendo concluído o curso somente em 1973, quase o dobro do tempo normal já que 1969 foi um ano sem matrícula, como assina “indeferido” o diretor da Escola, Vasco Neto, na ficha cadastral de matrícula do aluno. À época era casado e já tinha filhos, o que torna notável a carta de seu pai em agosto de 1971, que morava em São Paulo, solicitando a Zulmira Peixoto, secretária da Escola, informações sobre o filho, notas e ano de formatura. Ainda encontra-se na pasta *Assuntos Reservados* ofício enviado da Escola ao Instituto de Matemática da UFBA para informar que o estudante foi enquadrado como participante de atividades consideradas prejudiciais ao país. Como um dos convidados do evento *1º Conversando*, Carlos Alberto relatou que foi preso em casa por estar envolvido com o movimento estudantil, mas considera isso o menor dos males, pois se descobrissem sua relação com o partido Política Operária (POLOP) teria sido pior a sua condição de preso.

¹³ Após a entrega do relatório em 2014, a Comissão tornou-se Comitê de Pesquisa ainda trabalhando sobre o mesmo processo histórico.

Esta mesma sorte não teve o Pery Thadeu Oliveira Falcon. Nascido em Salvador - Bahia em março de 1945, ingressou no curso de Engenharia Química em 1963, demorando 12 anos para se formar. Esse longo tempo deveu-se também às mudanças curriculares em seu curso e o estudante teve dificuldades em conseguir aproveitar disciplinas já cursadas, sendo que, pelo seu histórico, ele estudou até 1967 e só retornou em 1973. Neste intervalo, esteve preso de julho de 1969 até abril de 1973. É relatado no seu pedido de matrícula que foi detido em Belo Horizonte/Minas Gerais e transferido para a Penitenciária Lemos de Brito, em Salvador, por efeito da lei de segurança nacional. Ainda em 1973, no mês de novembro, a AESI/UFBA solicita da Politécnica informações sobre o aluno. No Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro, disponível on line, é possível visualizar o Inquérito Policial Militar do DOPS/MG, de janeiro de 1972, referente ao Partido Operário Comunista (POC) em que militava o estudante sob o codinome “Romero”.

Sergio Maurício Brito Gaudenzi, natural de Salvador e nascido em 1941, ingressou na UFBA em 1960 e concluiu Engenharia Civil em 1967. Mesmo que o pedido de indeferimento de matrícula de 1969 não o tenha atingido – sendo que podemos perceber que o sistema de informação da ditadura também era falho – neste intervalo de sete anos o discente sofreu com vários contratempos que o impediram de estudar. Foi presidente da União dos Estudantes da Bahia (UEB) e militava pela Ação Popular (Comissão Milton Santos de Memória e Verdade, 2014), por isso teve seu direito de ir e vir cessado. Consta na pasta do Gabinete do Diretor o of. nº 137, de 9 de julho de 1964, do diretor da Escola Alceu Hiltner para o Prof. Dr. José Silveira, Presidente da Comissão de Inquérito da Universidade da Bahia, que informa que o discente trancou matrícula em 23 de junho de 1964, contudo no histórico de disciplinas e notas no dossiê do aluno tem-se que este não frequentou os anos de 1962, 1963 e 1964, apesar de requerer matrícula em diversas cadeiras durante estes anos. Encontra-se também no dossiê do discente um pedido de trancamento de matrícula datado de 19 de junho de 1964, escrito à mão e assinado por ele, obtendo deferimento. Porém, outro documento datilografado e assinado pelo discente, destinado ao Senhor Presidente e demais membros do Conselho Departamental da Escola, em 6 de julho de 1964, diz que:

Sergio Maurício Britto Gaudenzi, aluno matriculado no 3º ano do curso de Engenheiros Cívís, não tendo frequentado as aulas nem realizado as Provas Parciais no primeiro semestre do corrente ano, em virtude de se encontrar / detido para averiguações, por determinação do Comando da 6ª Região Militar, vem

solicitar a este Egrégio Conselho, que tendo em vista o caráter excepcional dos fatos, digne conceder-lhe abono das referidas faltas, bem como uma oportunidade de realizar as Provas Parciais, em data julgada oportuna por este conselho.

Todavia, escrito a caneta está a informação de 4 de agosto do mesmo ano de que tal pedido fora “Indeferido; por ter tido o pedido a matrícula trancada.” assinada pela secretária Zulmira. Percebe-se um desencontro de informações documentadas em que é cabível supor que o afastamento do discente da Escola não tenha ocorrido por vontade própria e contestar a veracidade do pedido de trancamento de matrícula.

Outros quatro discentes estavam do mesmo modo que Sergio. Haviam se formado, porém a ditadura queria impedi-los de estudar. Alberto Armando Baptista Gaspar, também de Salvador, nasceu na década de 40 e graduou-se em Engenharia Civil em 1968, tendo ingressado cinco anos antes na Universidade. Como convidado do 2º *Conversando*, ele expôs a sua satisfação em poder estar na Universidade debatendo política e assuntos afins que naquele período eram extremamente censurados, sendo ele recorrentemente acusado de comunista e perseguido por seus ideais. Ainda jovem mudou-se para Juazeiro da Bahia para continuar a luta e ainda reside na cidade.

Fernando Elias Salamoni Cassis nasceu em Salvador em julho de 1945, foi estudante de Engenharia Civil de 1964 a 1968. Em seu dossiê consta documento que informa que ele foi representante estudantil da Escola Politécnica no ano de 1967, o que demonstra o seu envolvimento com as questões políticas. No entanto, além do seu nome estar na lista dos subversivos, não foram encontrados mais documentos que relatassem mais informações acerca. Nesta mesma condição de documentos está o José Thadeu Dias Madureira, nascido em Salvador em 14 de março de 1943, entrou na Escola Politécnica para fazer Engenharia Civil com 21 anos e concluiu em 1968, sem mais informações além do seu nome na lista dos subversivos.

Aldo Carvalho Andrade também já havia se formado em 1968, mas isto não o impediu de ir para o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna e, assim como outros estudantes que lá estavam, ser preso. Usava o codinome “Andrade”. Nascido em dezembro de 1943 na cidade de Paripiranga – Bahia, estudou Engenharia Civil entre os anos de 1964-1968. De acordo com os documentos do seu dossiê, Aldo foi bastante ativo na faculdade sendo monitor e estagiário de algumas disciplinas e participante da organização estudantil da Escola.

Na *Pasta Confidencial nº 1* há o ofício expedido, em 24 de fevereiro de 69, pela Delegacia Regional da Bahia com a informação de que o aluno foi preso e estava sendo processado pela Justiça Militar daquele estado por crime contra a segurança nacional. O nome dele está em outra relação de nomes desta mesma pasta em que são listados os estudantes indiciados no IPM que apurou subversão e corrupção no meio estudantil de Salvador.

Por último, o Luiz Julio Silva Ferreira, assim como Aldo, foi preso em Ibiúna e indiciado. Foi enquadrado no artigo 23, combinado com o inciso IV do artigo 38 do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e diz que “praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva: pena-reclusão, de 2 a 4 anos.” e “constitui, também, propaganda subversiva, quando importe em ameaça ou atentado à segurança nacional: (...) IV – cômico, reunião pública, desfile ou passeata.”. Luiz é o único destes discentes que não conseguiu se formar. Nascido na capital baiana em agosto de 1946, ingressou no curso de Engenharia Civil em 1966 e ficou até 1968 quando inicia a sua batalha sem vitória para concluir o curso.

Segundo declaração expedida pelo Tenente Coronel Francisco Rodrigues da Silveira, o estudante esteve detido no 19º Batalhão de Caçadores, no período de 4 a 27 de fevereiro de 1969, e por isso faltou em várias provas na Escola, então, com este documento começou a recorrer a Departamentos, Congregação e à diretoria do Instituto de Matemática para realizar sua matrícula. Porém, em ofício de nº 71, de 27 de março de 1969, na pasta *Assuntos Reservados 1969*, o diretor Vasco Neto informa à Professora Lolita Carneiro de Campos Dantas, coordenadora do Instituto de Matemática, que o aluno tem requerimento de solicitação de matrícula indeferido. “O peticionário foi enquadrado como participante de atividades consideradas prejudiciais ao país”. Em 5 de agosto do mesmo ano, em documento datilografado e assinado pelo próprio discente para o diretor da Escola diz que “tendo solicitado matrícula no primeiro período do ano letivo de 1969, pedido este que até agora não foi atendido vem solicitar de Vossa Senhoria que se digne em autorizar sua matrícula para o segundo período deste mesmo ano. ”.

Em 23 de janeiro de 1970 é enviado do Reitor Roberto Santos para o diretor Vasco Neto o of. nº 355 em anexo o of. nº 43, recebido pelo Coronel Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal da Bahia e Sergipe, o Luiz Arthur de Carvalho, informando

a relação de estudantes que foram indiciados ou estão sendo processados pela Justiça Militar. Nesta lista, novamente, aparece o nome de Luiz Julio sendo sinalizado o codinome usado por ele, “Ferreira”.

Em março de 1970 é iniciado pelo aluno novo processo para solicitar matrícula, entretanto, mais uma vez, é indeferido pelo diretor informando que tal sanção se deve pelo mesmo motivo que fora indeferido em 1969. Em 8 de fevereiro de 1996, o ex-discente solicita que lhe seja fornecida a documentação necessária para que ele consiga se matricular novamente na Escola. Foi verificado na Secretaria da Escola que o aluno cursou o primeiro semestre de 1996, mas não concluiu o curso.

6 Considerações finais

A discussão acerca da ditadura militar e dos desdobramentos dos discentes da Escola foi possibilitada pelo tratamento e preservação da documentação referente que é custodiada pelo Memorial Arlindo Coelho Fragoso, reafirmando-o como espaço de memória.

Percebe-se, ao fim desta narrativa, que os estudantes tentaram se fazer voz ativa diante dos excessos ditatoriais do governo e o desenvolvimento da Universidade. Essa onda jovem que invadiu o ano de 1968 alcançou os discentes da Escola Politécnica que também participaram e atuaram neste cenário de lutas políticas por melhores condições sociais.

Apesar da brutalidade com que eram combatidas as ideias diferentes do governo da situação, a oposição existiu e resistiu unida e atuante em seus indivíduos, ganhando e perdendo batalhas ao longo dos 21 anos de ditadura.

Com isso, é perceptível que a atuação do arquivista é fundamental para concretizar todas as fases do tratamento documental e dar transparência às informações que os documentos do organismo produtor possam conter. Os dados contidos na documentação pesquisada retratam uma passagem da história do país servindo de prova para o entendimento e interpretação da conjuntura passada e debates com a história do presente.

Por fim, segundo as colocações de Motta (2014), é comum nas pesquisas acadêmicas, algumas das respostas encontradas confirmarem as premissas iniciais; outras surpreenderem ao apontar caminhos inesperados; ainda, em certos casos, as perguntas continuaram sem solução. Espera-se que este trabalho sirva como instrumento de apoio à administração e à

história, ao desenvolvimento técnico e como elemento de prova e informação, possibilitando aos funcionários, docentes, discentes e sociedade em geral o pleno acesso e uso deste acervo documental de relevância acadêmica, científica e social custodiado pela Escola (CÔRTEZ, et. al., 2016) ¹⁴.

Referências

ARAÚJO, U. C. de. 1968: O movimento estudantil na Bahia: um testemunho. In: **Revista Perspectiva Histórica**, vol. 2, nº 3, jul.- dez. /2012, p. 85-96. Disponível em <<http://perspectivahistorica.com.br/revistas/1434420486.pdf>>. Acesso em mar./2016.

BELLOTO, H. L. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. In: **Revista Transição**. Campinas, vol. 1, n. 3, p. 15-28, 1989.

_____. Reflexões sobre o conceito de memória no campo da documentação arquivística. In: _____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRITO, M. Salvador em 1968: Um breve repertório de lutas estudantis universitárias. **Cadernos do CEAS** – Revista crítica de humanidades. n. 225, 2007. Disponível em <<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/151>> Acesso em abr./2016.

CAMPOS, J. F. G. Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa. **Revista Escrita da História**. Ano II – vol. 2, n. 4, set./dez. 2015. p. 100-119.

DIAS, J. A. O impacto do Golpe de 1964 na Bahia. In: **Gazeta Histórica**, Informativo do Centro de Memória da Bahia, Fundação Pedro Calmon, SECULTA BA, Ano III, - Especial, 2 de abril de 2014a, p. 2.

_____. A consumação do golpe e o movimento estudantil baiano contra a ditadura. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 55, p. 195-112, mar. 2014b.

DI MAMBRO, G. R. **Glossário Básico de Arquivologia**. Arquivo Central – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.

FRANCISCO, J. C. B. História, arquivo e memória. Uma reflexão sobre a pesquisa histórica e a prática arquivística na contemporaneidade. In: **Revista Oficina do Historiador**. Suplemento especial – I Encontro de Pesquisas Históricas. Porto Alegre, p. 906-918, 2014.

¹⁴ CÔRTEZ, L. G.; SANTOS, D.L.dos ; OLIVEIRA, L.A.F. . O populismo de Getúlio Vargas (1951-1954): uma análise no acervo documental de ex-servidores técnico-administrativos da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia. In: VII Congresso Nacional de Arquivologia, 2016, Fortaleza. **Revista Analisando em Ciência da Informação** - Edição especial - Anais Eletrônicos VII CNA. João Pessoa, 2016. v. 4.



LOPEZ, A. P. A. História e Arquivos: interfaces. In: MORELI, Ailton José. (org.). **Introdução ao estudo da história**. Maringá: EDUEM, 2005.

MOTTA, R. P. S. **As Universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.43-66, jul. /dez. 2008.

NAPOLITANO, M. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. São Paulo: Atual, 1998.

SANTANA, F. de A. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade. **Golpe Civil-Militar de 1964 na UFBA – Rompendo o silêncio do estado e reduzindo o espaço de negação**. Salvador, 2014.

VILLA, M. A. **Ditadura à brasileira 1964-1985: A Democracia Golpeada à Esquerda e à Direita**. São Paulo: LeYa, 2014. p. 118-134.